

O apaixonado militante da comunicação

Daniel Herz é um sujeito obstinado. Em 1974, estudante de jornalismo, comandou um grupo de professores, estudantes e profissionais que impediu a implantação da TV a cabo por decreto. Vinte anos depois, foi o relator do texto do projeto de lei da TV a cabo, cuja elaboração direta pela sociedade não tem precedentes na história da área das comunicações no país. Entre estes dois momentos marcantes, Daniel foi professor e chefe do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, autor do *best seller* "A história secreta da Rede Globo", coordenador da Fenaj na Constituinte, Secretário de Comunicação do primeiro governo do PT em Porto Alegre e coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, surgido no início da década de 90. Radical para alguns, conciliador para outros, Daniel segue articulando com a sociedade uma interlocução com o Estado e o setor privado, capaz de incluir os cidadãos brasileiros no acesso a uma informação plural. Dirige o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), é diretor de Relações Institucionais da Fenaj e representante dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso. Na sua luta pertinaz Daniel professa a arte de construir o aparentemente impossível e, num breve intervalo entre suas mil atividades, conversou com os colegas Vera Spolidoro, James Görgen e Luiz Carlos Barbosa.

Barbosa: O que te levou a fazer jornalismo?

Daniel: Por que jornalista? Porque dava mais condição de intervenção política, de acompanhamento, enfim. Havia uma procura sobre exatamente o que ia fazer, o que queria fazer, com uma atuação política partidária...

Barbosa: No MDB jovem na época?

Daniel: MDB, mas sem filiação, próximo do PC, depois do PC do B. Em paralelo a essa atuação política partidária, acabei num envolvimento nas questões de democratização da comunicação. Havia uma esfera de intervenção que estava solta. Era a oportunidade de se envolver na questão...

James: Teve também experiências de jornalismo.

Daniel: Fiz um jornal regional aqui em Porto Alegre, era independente, semanal.

Barbosa: Tu não participaste daquele que o Adelmo (Genro) fazia?

Daniel: Era esse. É que o Adelmo no final acabou saindo e eu assumi a administração, a edição, tudo.

Barbosa: Era o Informação.

Daniel: Informação.

James: Em 80 tu foi para Santa Catarina.

Daniel: É, para a Federal de Santa Catarina. Lá eu peguei o curso de jornalismo bem no início, aí foi o momento de discutir a formação...

Barbosa: Tu tava vindo do mestrado da UnB?

Daniel: Isso, saí direto do mestrado para lá. Tava sendo montado o curso de comunicação, acabei sendo o primeiro chefe do departamento, foi uma experiência interessante. Algumas concepções do papel da formação, do ensino de jornalismo, agente produziu lá.

Barbosa: O núcleo central dessa questão, por exemplo, botava em xeque a legislação, que agora teve mais um período de turbulência.

Daniel: Eu diria que algumas das concepções fundadoras do papel da formação, da criação de um grupo para debater os assuntos ligados à área, a gente foi precursor. A idéia de criação de um movimento nacional que articulasse setores sociais, que ti-

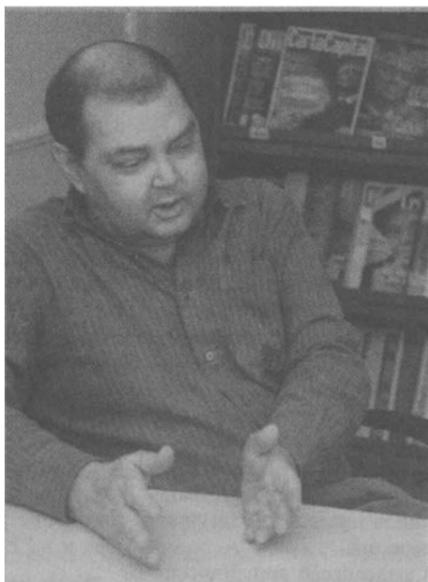
nha, além dos jornalistas e além da área de comunicação, vários setores, surgiu lá. A proposta é de 81. Em 82 se cria em Santa Catarina a Frente Nacional de Luta por Política Democrática e Educação, que é a primeira idéia do movimento nacional de luta pela democratização da comunicação.

James: Que precede o Fórum?

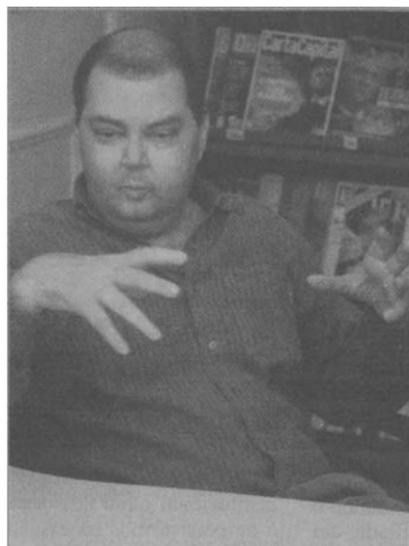
Daniel: Sim. Isso aí vai uns quatro, cinco anos. É retomado na Constituinte. Não como Frente, mas como uma articulação de luta, que na verdade foi uma proposta da Fenaj. Eu achava um absurdo dizer que todos os meios de comunicação tinham que se transformar em fundações sem fins lucrativos. Isso aí não é uma proposta para Constituição. Bom, aí, da derrota da Constituinte se chegou à conclusão de que não dava mais daquele jeito. Em 91 se cria o Fórum. A partir daí eu acabo me envolvendo totalmente na luta, nessa esfera de militância da comunicação.

James: O que a teoria do Adelmo no jornalismo influenciou na tua percepção da política, de se envolver na proposição de políticas públicas. Tem alguma coisa do universal e do particular ou aquilo ali é filosofia pura?

Daniel: Aquilo ali é uma abordagem teórica de aporte filosófico extremamente



Diretor de Relações Institucionais do Sindicato



Presidente do Conselho da F. Piratini

consistente, que eu não vejo, com todas as críticas e comentários, até complementos, uma abordagem fundadora mais original e mais potente para explicar o jornalismo e o papel do jornalismo do que aquela.

James: Com esse envolvimento todo na militância, o teu lado jornalista deixou de existir ou ele tá adormecido?

Daniel: Por oportunidade e envolvimento, mas a coisa que eu gostaria de estar fazendo agora, se desse para me livrar de tudo isso, era ficar fazendo matéria. É o que eu mais gostaria.

James: A tua dedicação nos últimos anos vem sendo a luta pela democratização da comunicação. E o futuro?

Daniel: Bom, o que me envolve mais tempo de dedicação, de especialização, é essa questão de políticas públicas e essa atuação que eu tô tendo no Conselho (Conselho de Comunicação Social). Essa foi uma das esferas da ação política que complementou uma atuação política partidária. Uma atuação limitada no tempo, na esfera estatal. A atuação profissional, trabalhei em alguns veículos da grande imprensa, na imprensa independente, enfim. A coisa mais agradável foi talvez o que eu tenha feito menos, que é o jornalismo mesmo, de sair pra rua...

Barbosa: Eu te conheci em 90, na Pre-



Daniel: crítico, contundente e propositivo

feitura. Te conhecia de nome, em função do livro ("A História Secreta da Rede Globo"). Onde tu trabalhaste antes?

Daniel: Trabalhei na Folha da Manhã. Então, eu queria trabalhar na rádio ou no jornal. Tava louco pra trabalhar lá (Caldas Júnior), mas não tinha jeito. Até um dia, o Homero Simon tava todo atrapalhado – ele lidava com dez assuntos ao mesmo tempo: "Quem sabe vamos dar mais uma sondada?". Pega o telefone e fala pro Galvani: "Olha, tem um jornalista assim". Me diz pra ir lá falar com ele (Galvani). Bom, não sei direito como saiu a conversa com o Galvani, mas o Galvani disse que "então tá, vamos fazer uma experiência". Aí me botou num lugar mais neutro possível, que era redator de política nacional. Penteador de telex.

James: Copydesk?

Daniel: Qualquer coisa tava bom, eu queria trabalhar. Aí, um mês trabalhando lá, faltou o pauteiro. Eu ia fazer um curso, trabalhava de noite, ia fazer um curso de especialização na PUC e perguntei para o Galvani se daria para passar para a manhã, pois o curso era de noite. Se não desse, eu não ia fazer, minha prioridade era ali. Ele disse que achava que tinha alguma coisa de manhã. Me botaram de pauteiro. Eram duas mesas grudadas, uma de frente pra outra, o Rogério Mendelski, na frente, era o chefe de reportagem e eu de pauteiro.

Barbosa: Foi aí que tu desenvolveu a habilidade de negociar? (risos)

Daniel: Foi uma experiência bem interessante. E aí, já no final, num período eleitoral, tinha uns quatro, cinco repórteres. Eu sentava lá e em uma hora, meia hora, fazia a pauta e ficava desesperado de ficar sentado lá. Comecei a fazer matéria também. Aí foi ótimo. Comecei a sair pra rua, fazia pauta e fazia pauta pra mim também.

James: Várias editorias?

Daniel: Mais na geral. Então, foi o período mais gostoso lá na Folha, porque eu tinha autonomia, escolhia as matérias. Fazia uns free-lances também. Depois teve o Informação, Movimento, aí saí dali e fui fazer o mestrado.

Barbosa: E o Epcom? E o Acessocom? Dá uma palhinha de como surgiu.

Daniel: O Epcom (Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação) é uma tentativa de produzir um instrumento de geração de inteligência para a sociedade sobre a questão da comunicação. Tem essa proposição ainda. Nós pretendíamos fazer isso, inclusive, através de um serviço comercial que não deu certo. A gente recuou depois, o Acessocom* não se viabilizou. A manutenção que a gente tá fazendo aqui hoje é isso, é um instrumento de produção de inteligência para poder intervir sobre as questões relativas ao universo da comunicação.

James: Sem democracia na comunicação não tem democracia!?

Daniel: Sim, isso aí não é uma consig-

ENTREVISTA / DANIEL HERZ

na retórica. Se tu não democratiza a comunicação, por essa condição de incidência da mídia, de um modo geral, sobre todas as esferas da vida social, economia, política e cultural, tu tem um desequilíbrio no processo que determina as relações de poder, invertendo a ordem das coisas a partir da mídia. Então, se tu não equilibra o poder da mídia nesse processo, a sociedade e o próprio Estado acabam ficando reféns disso.

James: E esse processo da democratização da comunicação é um percurso e não um fim exatamente.

Daniel: Nas concepções do Fórum, a gente diz isso. Primeiro, tu não vai resolver nada por objetivo utópico. Não é a rádio comunitária que vai democratizar a comunicação, não é a Lei da TV a Cabo que vai democratizar. Pode ajudar. Enfim, qualquer outra coisa que a gente faça, tudo vai compor, não é o Conselho que vai democratizar a comunicação. Pode não ajudar também, pode até piorar, o que eu quero dizer é que o conjunto vai fazer a grande diferença, é um processo. Segundo, é uma luta de fôlego. Acho que a evolução em um ano de existência do Conselho já mostrou que ele começa, progressivamente, a fazer aquilo que a gente tinha dito que ele poderia fazer. Mas não vai ser em um ano, dois anos, é um processo. Por quê? Porque, antes de tudo é um processo cultural. De transformação cultural. As coisas têm que ser medidas nessa escala. Não existe uma coisa, um lance espetacular que tu faça e que agora democratizou. Até porque tu nunca vai dizer “agora está democratizada a comunicação”.

James: É um processo permanente.

Daniel: Isso aí tem que ser encarado como muito mais do que atingir um objetivo estratégico, de conseguir alguma coisa, mas como atitude da sociedade, em que as condições vão se alterando. Se alteram a tecnologia, se alteram as relações sociais, tudo isso vai incidendo e vai mudando o quadro. Tu tem sempre que buscar, entender o que é democratização. Na nossa concepção, e a gente levou muito tempo para chegar a isso, é o grau de representação na mídia da pluralidade que existe na sociedade. Esse é o grande indicador. Pode se dar nos sistemas como um todo. Talvez tu não possa cobrar isso de cada veículo, da CUT, por exemplo. Tu pode cobrar mais de um veículo comercial, que pode assumir posição partidária, mas sem disfarçar isso. Nós queremos que os jornais que são generalistas, que tenham um grau de representação, se não quiserem representar a pluralidade, é uma opção, mas que assumam isso. Agora, se em cada veículo não existir, o sistema todo tem que permitir uma representação da pluralidade, o sistema de meios de comunicação. E hoje essa distorção existe, ainda, fortemente. Então, o sistema de comunicação é um grau de representação da pluralidade. A pluralidade existe na sociedade, isso tá dado. E em que medida isso aí se expressa na mídia? Esta medida é a medida da democratização.

Barbosa: Daniel, eu queria saber como é que tudo isso começou. Como é que tu entrou na comunicação e como é que tu entrou nessa luta política?

Daniel: Em 74, quando eu estava no primeiro ano na Unisinos, um grupo aqui de Porto Alegre descobriu que havia um “conluio” para aprovar um decreto regulamentando a TV a Cabo no Brasil, com o conhecimento de algumas poucas empresas, que acabariam se beneficiando. Aí, a história é uma novela. Registrei isso na minha dissertação de mestrado na UnB. Uma parte da dissertação se transformou num livro e a outra na documentação desse processo. Nós fizemos a denúncia e foi quando a coisa começou a resultar na ameaça por telefone, em 74.

Barbosa: Como é que vocês fizeram a denúncia?

Daniel: A gente criou a Associação de Promoção à Cultura (risos). O Homero Simon chamou a atenção para a questão do cabo e a gente começou a estudar. A Associação fez um dossiê com todos os dados que tinha e divulgou publicamente. Aí, quando chegou na etapa das ameaças por telefone ou a gente caracteriza que estava atuando numa

“...mas a coisa que eu gostaria de estar fazendo agora, se desse para me livrar de tudo isso, era ficar fazendo matéria”

faixa de cidadania ou seríamos acusados de estar atacando o governo. Embora a gente fizesse uma participação oposicionista, a denúncia era pública; a rigor, já estava dirigida ao governo. Aí resolvemos radicalizar. Sem certeza de que sairíamos dos locais, a gente foi à Polícia Federal, ao SNI, à 2ª seção do 3º Exército...

Vera: Meu Deus, no antro.

Daniel: E o dossiê tinha sido divulgado publicamente... “Olha, isso aqui é de um grupo de cidadãos, nós queremos trazer aqui.” E entregamos nos três locais para a perplexidade geral dos recebedores.

Barbosa: Num ato de civismo. (risos)

Vera: Avisaram a família?

Daniel: Alívio e surpresa nossa e, constatando a perplexidade dos que estavam recebendo, saímos de lá. Resultado disso é que de fato bloquearam o processo, “negócio” da TV a Cabo, o “conluio” foi desbaratado e seu principal operador foi afastado. Isso aí prevaleceu até o final do governo Sarney. Nos últimos dias desse governo, baixaram uma portaria, que permitia implantar sistemas de cabo. Era uma TV a Cabo tão pretensamente disfarçada que não tinha nem nome de cabo.

James: Era o DisTV.

Daniel: É o tal de DisTV esse, mas que permitia começar a botar rede. Aí nós voltamos a carga contra isso, nesta disputa que foi até 95. Então, vamos dizer assim, o envolvimento com o cabo acabou sendo curioso. Por quê? Por que não existe cabo em 74? Não tem nenhuma dúvida, foi porque a gente conseguiu impedir.

Vera: Aqui na Unisinos...

Daniel: Mostra essa condição de in-

“A sociedade deve se organizar, desenvolver um projeto de como traduzir as suas expectativas, vontades, interesses. A idéia que está por trás disso é a idéia de sociedade inteligente”

tervenção da sociedade que tu não explora.

Barbosa: Foi um fio condutor da história. (risos)

Daniel: O aspecto mais curioso é esse. E de 74 vai indo, quando chega em 95, na lei da TV a Cabo, eu fiquei na mesa de negociação como relator. Então, eu digo isso, tanto para afirmar a responsabilidade da sociedade, de se organizar, de se qualificar para ser ouvida, como para afirmar os resultados dessa intervenção.

Vera: Tu foste o primeiro coordena-

dor de Comunicação dessa sucessão de prefeitos da Frente Popular, em Porto Alegre. Lembro também, aquele primeiro enfrentamento que nós tivemos com os proprietários, os concessionários de ônibus, tuias para as portas das garagens, colar material. Então, eu queria que tu contasse um pouquinho desse período, que foi bastante marcante.

Daniel: Por conta dessas questões da atuação, da luta pela democratização, a gente foi consolidando uma série de concepções que foram se mostrando essenciais. A sociedade deve se organizar, desenvolver um projeto de como traduzir as suas expectativas, vontades, interesses. A idéia que está por trás disso é a idéia de sociedade inteligente, ou seja, a inteligência no sentido estratégico surge na esfera estatal, quer dizer, os setores empresariais, na medida em que constituem grandes grupos, conglomerados, se confundindo com a história do capitalismo, três, quatro séculos atrás, quando o comércio internacional era ainda incidente, mas era muito ativo, e já se tinha um serviço de inteligência, não com esse nome, mas muito sofisticado, de ter informação prévia, de crédito, etc. Então, a inteligência no sentido estratégico se desenvolve no Estado, no setor privado. E a sociedade não tem nada equivalente, seja para se defender, seja para cumprir um papel ativo. Ou a sociedade se capacita para produzir inteligência ou fica refém do mundo das corporações. E cada vez mais, os Estados se articulam a partir dos interesses das corporações. Acho que a análise da política do governo Bush não deixa nenhuma dúvida sobre como o Estado está orientado - tirando os aspectos políticos, institucionais de projeção de potência - no ponto de vista do interesse de determinados conglomerados,

setores que determinam a possibilidade de disputa de mercados. Então, a idéia de sociedade inteligente é a idéia de a sociedade se capacitar para poder lidar com o setor privado de igual para igual. Com todas as limitações que a gente desenvolvia, com aquela falta de recursos, enfim, de toda a ordem, a gente vem procurando exercitar isso, ou seja, dominar com profundidade os assuntos, ter gente especializada e ter condições de lidar com o Estado e com setor privado em pé de igualdade. Hoje, em diversas temáticas, a gente tem condições de fazer isso.

Vera: Estas disputas de temas de ponta são via Conselho de Comunicação Social?

Daniel: Via Fórum, uma via mais direta. No Conselho, nós também estamos trabalhando pautas importantes, embora um pouco mais lento. Esses processos de ligação de consenso são mais delicados. Só para dar um exemplo, a tecnologia digital é hardware e software e se fala em desenvolvimento de política e tecnologia digital no Brasil e sequer citam a expressão software. Então, vai ter software na transmissão, nos equipamentos, nos

programas, tudo é digital. Mas hoje a gente tem capacitação para disputar com seriedade e profundidade a questão da tecnologia digital, por exemplo. Hoje, nós estamos concluindo um processo de debate da organização do mercado de TV a Cabo no Brasil. Os empresários têm uma crise, estão estagnados em 2 milhões de assinantes, com uma série de problemas, por opções erradas, por falta de política pública, falta de envolvimento do próprio Conselho, criado com dez anos de atraso. Sem o Conselho, eles foram tocando

do do jeito deles. Com certeza se tivessem o envolvimento do Conselho, a coisa não estaria desse jeito. Então, nós estamos trabalhando, mas dizendo: “Olha, vamos organizar o mercado de outro jeito, vocês estão a fim de fechar um acordo?”. Vamos trabalhar num nível mais pesado, especificar condições de financiamento para algumas coisas. Precisa muito pouco para melhorar. Vamos especificar coisas que eles vão ter que cumprir, vamos lutar por compromissos que são objetos de acordo mesmo. Estamos propondo criar condições para conectar a todos. Quem tem cabo na frente da sua casa, independente da condição de renda, pode conectar por baixíssimo custo, por um sistema do tipo Vale TV. Tu vai gastar lá um, um e meio por cento da tua renda e o restante é subsidiado, semelhante ao vale-transporte, vale-refeição.

Vera: E o cidadão tem acesso ao que com isso?

Daniel: Tem acesso a um pacote básico.

Vera: Mas tipo o quê? Internet, TV a Cabo?

Daniel: Vai ter acesso a um conjunto de informações, de canais de programas diversificados e de canais úteis. Não vão estar lá canais de filmes, mas o essencial seria colocar os canais gratuitos, todos, com alguns que podem ser criados e que diversifiquem as fontes de informação. O alcance disso é imediato, dá para fazer em 6 meses. Esse é um jeito que a gente equacionou, resolvendo o problema do subsídio, essa é a questão essencial.

Barbosa: Mas quem pagaria, quem subsidiaria? Seriam os grupos, o governo?

Daniel: As empresas. Tu ganha um cartão de Vale TV que só pode gastar para se conectar.

James Görgen: Para o empregador.

Daniel: O empregador. Aí têm as vantagens do imposto de renda, essas coisas.

Barbosa: A negociação com o governo giraria em torno disso, dos benefícios.

Daniel: Não precisa nem negociar com o governo na verdade. Aprova uma lei no Congresso, que já regulamentada. Claro, a gente vai envolver o governo, mas a rigor, a única coisa que tem complicação é o acordo com o empresário. Então, bancamos a proposta, vamos assumir um compromisso, ter uma lei para viabilizar isso. A fórmula que a gente encontrou, mais operacional, é essa do Vale TV. Isso tem base constitucional, é sustentável, se simplificaram ao extremo as condições técnicas para fazer e dá para fazer imediatamente. Isso aí significa passar de 9 milhões de domicílios que tem acesso à rede hoje. O cabo passa na frente desses nove milhões... É isso, James?

James: São 11 milhões.

Daniel: O cabo passa na frente de 11 milhões de domicílios, 2 milhões são assinantes. Então seria incorporar 9 milhões de domicílios potencialmente. Significa 27 milhões de pessoas. Daí para adiante, tu tens expansão da rede, novas redes que estão sendo instaladas. O primeiro benefício é colocar esse pacote, que seria de uns 20 a 30 canais, além dos canais gratuitos, e alguma coisa a mais que dá para desenvolver. E aí vem o segundo benefício, na medida em que tu está com a conexão feita, tu tem uma rede banda larga na frente da casa, dentro de casa.

Vera: Para logo vai ser tudo junto, TV, Internet?

Daniel: Sim. Hoje um cabo modem tá na faixa de uns 400 reais, é muito caro. Mas a USP tem um projeto para desenvolver um cabo



Livro: 14 edições

ENTREVISTA / DANIEL HERZ

modem por 150 reais. Acontece que, mesmo colocando cabo modem na casa da pessoa, tu precisa ter alguma capacidade de processamento para um micro, uma impressora. De qualquer maneira, a infra para desenvolver projetos de promoção da inclusão digital tá feita e isso teria que se resolver. Bom, esse pacote de processamento pode ser diferenciado de acordo com o nível de renda. A infra está já lá, e a gente tem insistido nisso. Na linha em que nós estamos trabalhando, que está pautada por dois conceitos, universalização e ampliação da utilidade social do serviço, o objetivo é criar um mercado de massa, de incorporação dos cidadãos integralmente nesse processo. Ter acesso na escola, biblioteca, centro comunitário, é importante, mas isso é complementar. Nós queremos criar um mercado de massa para a TV a Cabo e para acesso a, rede banda larga no Brasil. Esse é o objetivo, o resto é complementar.

Vera: Nesse envolvimento pessoal, tu ficou conhecido nacionalmente, não só na área da comunicação. Alguns te considerando um radical, um obstinado, e outros, pelo teu diálogo com os empresários, um cara condescendente com o setor empresarial. Como tu enxerga essas opiniões?

Daniel: Bom, aí depende. Se a sociedade quer lidar com o Estado de igual para igual, se dispor num limite até dirigir os processos, tem que fazer a interlocução. Com a derrota da Constituinte, nós fomos disputar conteúdos, disputar definições de políticas. Aí a gente viu que estava mal aparelhado, não tinha força política. Ou a gente procura fazer mudanças transformadoras a partir das possibilidades, limites, ou a gente vai ficar ganhando pra lua. Quando a gente fala em mudança, significa inverter o processo de predomínio do Estado e do setor privado pela afirmação dos interesses da cidadania e da sociedade. Isso, na nossa avaliação, as mudanças na área das comunicações, pela importância que elas têm, cultural, política e econômica, são mudanças de transformação no sentido revolucionário, não são medidas utópicas.

Barbosa: Conciliatórias.

Daniel: Conciliatórias ou reformistas, significa uma disputa de poder, significa fazer alterações nas relações de poder. Por isso que a gente tem a pretensão de dizer que as transformações buscadas não são reformistas, são de caráter revolucionário, porque elas se voltam para alterações das relações de poder. Esse é o sentido, programático, inclusive. Para fazer isso aí, tu tem que ter força para enfrentar o Estado e o setor privado para se posicionar e para estabelecer interlocução também. O Estado no sentido amplo, com o Poder Executivo e com o Congresso. Então, têm coisas que tu tem que fazer com o empresariado, identificar interesses comuns. E aí um exemplo disso, regional, na época da Lei do Cabo mesmo, de 94 para 95. Inúmeras vezes, a gente estava participando de reunião no período da manhã pra denunciar e enfrentar o papel que a RBS estava cumprindo no processo eleitoral aqui no Estado, articulando denúncia na justiça, denúncia política, com a CUT, com o partido, e, de tarde, estávamos sentado com eles para discutir questões da Lei da TV a Cabo. Por quê? Porque numa esfera havia interesses comuns, eles estavam interessados em fazer uma coisa conjunta, em fazer uma solução. Evidente que os assuntos eram diferentes. Às vezes, eles davam uma pipocada, tipo "pô, vocês estão exagerando isso aí". Então, tinha um enfrentamento. Assim, participei dos processos de enfrentamento que estavam se dando numa questão que era inconciliável, que eram os interesses deles no processo eleitoral, e de tarde estávamos conversando. Agora, se tu não fizesse isso, se tu simplesmente só conversasse com eles sobre TV a Cabo, aí seria uma missão política horrível; só porque estava fa-

zendo isso, não vou enfrentar um processo desse. Não, vou participar.

Vera: E os 30% de Capital Estrangeiro, como está isso?

Daniel: Aí houve um desequilíbrio. A nossa concepção, que facilitou todo esse processo de articulação política, é de que a composição de forças no Congresso, com o crescimento dos partidos de oposição e em particular do PT, permitia que se bloqueassem, retardassem qualquer coisa lá dentro, usassem os meios. Então dava uma margem para que nesse bloqueio da oposição se abrisse um processo de negociação de qualquer matéria. Como para os empresários é melhor não ter regulamentação, é claro que o maior interesse de estabelecer regulamentação é de nossa par-



No bate-papo estilo Pasquim, James, Vera, Barbosa e Daniel

te, alterar regulamentações. De qualquer maneira, isso nos dava uma certeza: eles não se impõem mais como faziam antes. Isso aí prevaleceu durante toda a década de 90 até os 30%, quando o PT, sem se articular com a sociedade, bancou isso num processo evidentemente eleitoral. Aí, foi realmente uma coisa inadmissível, beirando um escândalo, problema sério na bancada do PT.

Vera: Mudando um pouco o rumo da prosa. A morte do Roberto Marinho... como é que a mídia se comportou em relação a isso? Tu que és um especialista em Globo.

Daniel: Bom, é importante identificar na trajetória da Globo, na sua história, a atuação forte, explícita, como partido político, aproveitando o papel que a mídia contemporânea exerce, de determinar conceitos sobre todas as esferas da vida social, política, econômica, cultural. E a Globo, pelas suas características, pelos seus aspectos qualitativos, inclusive, é o grupo de comunicação brasileiro gerador de concepções, idéias, valores e de disputa de opinião. Definidora inclusive dos processos eleitorais. Essa situação começa a se alterar no final da década de 80, quando começa a se constituir dentro da Globo um perfil de fortalecimento da Globo empresa, como concepção, inclusive. É possível conviver com a Globo empresa, mas é insuperável conviver com a Globo partido. Desde a primeira disputa do Lula, existe um processo de interlocução iniciado muito lentamente. Acho que o grande marco desse processo ocorre na adesão da Globo à campanha do *impeachment* do Collor. Um episódio que ficou meio diluído, mas que é histó-

rico: o Roberto Marinho diz que topava botar a Globo na campanha do *impeachment*, mas ele tinha uma pré-condição, ele queria uma conversa com o Lula. Chamou o Lula e disse o seguinte: admitiu que tinha mobilizado os recursos da Globo para fazer a campanha para o Collor, porque tinha medo dele, do Lula. De certa forma, pediu desculpas para o Lula e para o país também...

Vera: Como é que foi isso?

Daniel: Foi uma conversa pública.

Vera: Registrada?

Daniel: Que eu saiba, O Globo registrou bastante, os outros não deram muito. Mas é um episódio marcante, dizendo que isso não ia mais acontecer.

Barbosa: Isso é outubro de 92, queda

do Collor.

Daniel: Isso é um episódio definidor, da Globo progressivamente reduzindo o papel de partido, ou pelo menos, nas operações mais grosseiras, explícitas. E a gente constata que isso vai se equilibrando. O processo de transição interna da Globo expressa isso, de alguma forma, porque eles foram reduzindo o jogo pesado na primeira eleição do Fernando Henrique, diluíram estrategicamente a carga na segunda, mas ainda fizeram campanha. E agora, na eleição do Lula, aí houve um processo de negociação, cujos detalhes até hoje não estão muito claros. Mas imagino que houve um entendimento formal da Globo com o PT.

Vera: E isso é perceptível?

Daniel: Há versões distintas que até não me comporta. Eu não consigo mapear isso ainda. Há algumas interpretações, nada muito confiável, mas imagino que houve isso, houve um entendimento.

Vera: Mas tu achas que a cobertura que a Globo deu para as

eleições e para estes primeiros meses de governo é uma cobertura jornalística ou tendenciosa?

Daniel: Digamos assim, ela tem componentes de correção, mas, talvez, até predomine uma certa condescendência. De qualquer maneira, houve um apoio das organizações Globo a um tratamento do processo eleitoral que não prejudicou e talvez tenha beneficiado as eleições, seja porque eles chegaram a conclusão de que era inevitável, seja porque não tinha como eleger outro, não havia alternativa.

Vera: É como eles entraram nas Dire-

tas Já.

Daniel: É, acho que nas circunstâncias, talvez tenha pesado mais isso. Já que é inevitável, então vamos nos articular. Mas foi além do processo eleitoral. Foi de bancar um projeto, por convicção, ou sei lá por que, ou por conveniência, oportunismo, mas bancar um projeto de sustentação. Isso está sendo operado. Sobre a questão da morte, especificamente, a morte de uma pessoa tem o momento da perda, os períodos, tem uma coisa dramática, a questão pessoal. Então, as avaliações críticas, isso aí não têm como fazer nesse período. As avaliações positivas e negativas existiam antes. Então, do ponto de vista da cobertura...

Vera: Não tem distanciamento...

Daniel: É, do ponto de vista da cobertura, não poderia se esperar algo muito diferente do que aconteceu. E, por outro lado, a própria morte dele não altera muito o processo que já estava em curso, de equilíbrio entre a Globo partido e a Globo empresa. Os filhos estão mais ligados a idéia empresarial, com problema para resolver. Problemas econômicos, de mercado, de recomposição.

Vera: Essa concepção de empresa se espalha para as afiliadas? É uma política que eles desenvolveram...

Daniel: Eles procuram dizer que sim.

Em 94, eles verbalizaram isso. Em 98, tiveram a política bastante agressiva nesse sentido, até como marketing, para usar isso. Em 98 também... (pausa) Em 2002 eles tiveram uma política agressiva, foi para presidente?

Vera: Sim, para presidente.

Daniel: Não sei se isso traduz uma concepção da Globo, mas, em alguns casos mais escandalosos, eles tiveram uma intervenção forte. A Bahia foi um exemplo. Se isso foi feito em todos os Estados ou foi um caso localizado, eu já não sei dizer. Agora, estão cada vez mais explicitamente restringindo o papel político-partidário das regionais, das afiliadas.

Vera: Dá para dizer que a RBS teve esse comportamento aqui nas últimas eleições, de empresa-partido?

Daniel: O papel que eles cumpriram durante o governo Olívio Dutra, sem avaliação de mérito, foi no campo político-partidário. Aqui, o desequilíbrio entre a RBS partido e a RBS empresa é fantástico. A RBS continua atuando como partido político de forma escandalosa.

James: Então a sociedade brasileira ajudou a civilizar a Globo e a sociedade gaúcha não está conseguindo civilizar a RBS?

Daniel: Não sei em que medida a sociedade conseguiu civilizar a Globo. Nós não deixamos de tentar isso e conseguimos em algumas questões tópicas. Agora, a sociedade tem que se dispor a fazer isso. Talvez os maiores resultados que nós estamos identificando no equilíbrio da Globo não sejam conquista da sociedade, é mais um processo interno. A sociedade deu vários sinais de que essa situação era um problema, mas não foi isso que dirigiu a mudança. Em determinadas questões tópicas, acho que o exemplo, o grande laboratório que nós tivemos, foi esse da TV a Cabo, quando a gente conseguiu conduzir um processo e levar até o fim, tendo a aprovação da lei. Nesse caso, nós provamos para a Globo que era melhor cooperar, fazer a coisa junto, se associar. Nesse caso, a gente pode dizer que cumpriu um papel civilizatório. Ao invés de sair junto com outros empresários, ou até sozinho para afirmar seus interesses, sentaram com a sociedade, produziram uma formulação conjunta e se aprovou uma lei.

Vera: Por que tu acha que a RBS avançou menos nesse processo civilizatório?

Daniel: Por que a RBS avançou menos? Acho que a interpretação deles é que eles precisam, por uma questão de sobrevivência, atuar partidariamente. Acho que a concepção estratégica deles, vamos dizer, significa não poder abrir mão dessa condição.